

APONTAMENTOS SOBRE MAÇONARIA, ABOLIÇÃO E A EDUCAÇÃO DOS FILHOS DE ESCRAVOS NA CIDADE DE SOROCABA NO FINAL DO SÉCULO XIX.

Ivanilson Bezerra da Silva
Mestrando em Educação na USP
História da educação e historiografia
rev.ibs@gmail.com

RESUMO:

Entre o fim do Império e o início da República, a cidade de Sorocaba expandiu intensamente sua atividade educacional, concomitante ao desenvolvimento urbano e o surgimento da industrialização. Diante de dois momentos históricos e, ideologicamente, diferentes, as Instituições Escolares apontaram o rumo que a cidade devia ter através da sua práxis educacional, dos professores, diretores e através da imprensa. Entre as Escolas que compunham o campo educacional sorocabano neste período estava a Escola mantida pela Maçonaria Sorocabana com o objetivo de educar os filhos de escravos e de preencher a lacuna deixada pelo Ensino Público.

Palavras-chave: maçonaria, abolição e educação de filhos de escravos.

NOTES ON MASONRY, ABOLITION AND THE EDUCATION OF THE CHILDREN OF SLAVES IN THE CITY OF SOROCABA IN THE END OF CENTURY XIX.

ABSTRACT:

It enters the end of the Empire and the beginning of the Republic, the city of Sorocaba expanded intensely its educational, concomitant activity to the urban development and the sprouting of industrialization. Ahead of two historical moments e, ideologicamente, different, the Pertaining to school Institutions had pointed the route that city must have through its práxis educational, of the professors, directors and through the printed. Between the Schools that composed the sorocabano educational field in this period was the School kept for the Sorocabana Masonry with the objective to educate the children of slaves and to fill the gap left for education publish

Key words: masonry, abolition and education of children of slaves.

Introdução

A historiografia da educação maçônica tem ocupado lugar nas discussões acadêmicas (Moraes, 1998, Barata, 1999; Moraes, 2003). Porém, autores reconhecem a necessidade de se aprofundar a abordagem sobre o assunto (Morel, 2001), devido a ambigüidade e a dificuldade de acesso as fontes primárias mantidas pela própria maçonaria.

A abordagem recentemente se desdobra em pelo menos duas vertentes principais. A primeira compreender a maçonaria como uma organização política. Esta perspectiva é sustentada por Carmem Moraes. Entre outras coisas, ela aponta como a maçonaria brasileira participou ativamente na instalação do movimento republicano no final do século XIX. Neste período a maçonaria brasileira utilizou da imprensa jornalística brasileira, dos

discursos promovidos em Lojas e na construção de escolas segundo os ideais republicanos. O trabalho de Carmem é importante porque nos ajuda a entender como a Maçonaria atuou num momento decisivo da história brasileira. Sua proposta esclarece aspectos importantes da maçonaria como organização política.

A segunda abordagem é sustentada por Mansur Barata, que por sua vez, procura compreender a maçonaria como uma rede de sociabilidade, embora não descarte o caráter político do movimento.

Pensar os novos espaços públicos surgidos no século XVIII (clubes, sociedades literárias, lojas maçônicas), é compreender, na visão de Roger Chartier, a emergência de uma nova cultura política, marcada pela progressiva politização desses espaços intelectuais e pelo deslocamento da crítica em direção a domínios tradicionalmente interditos: a Igreja e o Estado (2000, p. 222).

Para Mansur Barata, a maçonaria pode ser entendida como a rede de sociabilidade, porque ajuda a compreender a construção de uma nova cultura política, marcada por um forte processo de politização do espaço intelectual organizado pela própria maçonaria. Para ele, no interior das lojas, os maçons construíam uma forma social própria, baseada na liberdade, igualdade e fraternidade.

Mansur compreende que é preciso resgatar a Maçonaria como uma instituição formadora de opinião e que isto implica a necessidade de pensa-la, antes de mais nada, como uma forma específica de sociabilidade que possui caráter secreto-fechado (1999, p. 116). Segundo sua visão, a Maçonaria no final do século XIX se transformam em centros de discussão e de formação de consenso sobre grandes temas que procuravam construir uma nova identidade nacional. Neste período os maçons tinham profundo interesse em intervir na resolução dos problemas nacionais, segundo Mansur, especialmente em relação à questão servil e à idéia de República.

Estas duas bandeiras foram elementos fundamentais para o posicionamento maçônico no quadro político nacional. A campanha abolicionista se espalhava pelas Lojas Maçônicas do Brasil. Os ideais republicanos vinham de encontro com as aspirações políticas dos principais expoentes da Maçonaria Brasileira. Os maçons compreendiam que:

Constituição liberal e progressista, a Maçonaria, dentro de seus princípios, sempre teve em mira o bem estar do povo, a pureza do regime, a grandeza da pátria, prestigiando com o seu poder e a sua força, os governos que se distiguem pela sua operosidade em prol da causa publica, pela sua justiça, pelo seu patriotismo (Giusti, 1922, p. 92).

No documento elaborado para a comemoração do Centenário da Maçonaria no Brasil fica bem claro o balanço historiográfico feito pelos maçons a respeito das ações efetuados desde a organização até o centenário. O documento traz várias informações sobre o papel da Maçonaria nos seus cem anos de organização no Brasil. As 89 páginas iniciais do documento procuram mostrar os vários personagens da historiografia brasileira que faziam parte da Maçonaria. Todo o documento é ilustrado por fotos e informações das Lojas que se espalharam pelo Brasil durante os cem anos de organização.

Na citação acima o autor afirma que a Maçonaria sempre lutou pelo bem estar do povo, pela pureza do regime e pela grandeza da pátria. Reconhece o poder da Maçonaria e a sua contribuição para a emancipação do povo brasileiro.

Numa perspectiva bastante semelhante ao de Mansur, Koselleck afirma que no século XVIII a maçonaria representava a formação típica de um “poder indireto”, elaborado pela burguesia diante de um Estado absolutista. A maçonaria representava uma organização particular à nova sociedade civil. Para ele, dentro das lojas, os maçons articulavam uma forma social própria e com suas próprias leis. Este “poder indireto” praticado pelos maçons dentro das Lojas representa para o autor uma certa hegemonia diante do Antigo Regime. Era uma forma de praticar a igualdade social no interior das Lojas.

A MAÇONARIA SOROCABANA COMO CAMPO DE PODER

Numa outra linha de pensamento, proponho entender a maçonaria sorocabana dentro da perspectiva de campo em Pierre Bourdieu. Neste sentido, entendendo que a maçonaria sorocabana configura como um campo distinto na sociedade. Segundo Bourdieu, cada campo possui sua autonomia, sua identidade e seu lugar dentro do espaço social.

Isto pode ser observado através das relações estabelecidas pelos maçons com vários seguimentos da sociedade sorocabana que formavam a elite sorocabana: comerciantes, industriais, abolicionistas, republicanos, protestantes. A luta por um lugar no campo configura-se no plano simbólico. O período focado, representava um momento histórico favorável devido ao processo de politização que a cidade enfrentava. A aproximação com o seguimento elitizado da cidade foi possível por causa das idéias, objetivos, interesses comuns e a ênfase dada a educação como instrumento instaurador da modernidade, do progresso e da emancipação do ser humano. Por outro lado, a aproximação foi possível também pela valorização de determinado capital cultural compartilhado pela elite sorocabana liderada por maçons. A relação estabelecida entre maçons e outros seguimentos da sociedade era uma relação de poder, que visava a legitimação, a dominação e um lugar no espaço social em Sorocaba, marcado pela lógica dos interesses de cada grupo.

A existência de um campo é determinada pelos interesses específicos, investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita dos agentes dotados de um habitus e as instituições nele inseridas. A permanência de um campo é determinada pela ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes de força, que investem tempo, força, trabalho, dinheiro e outras ações que interessam ao grupo e que garantem a sua hegemonia (Bourdieu, 1987:124).

Por outro lado, cada campo é um resultado dos processos de diferenciação social, portanto, cada campo possui sua própria identidade, conceitos, cosmovisão, seu próprio objeto, seu princípio de compreensão, valores, interesses específicos, que podem se unir para a construção de um novo campo, segundo os interesses dos agentes. No caso da cidade de Sorocaba no final do século XIX, vemos a configuração da maçonaria como um campo distinto, que visava a construção de uma nova ordem social fulcrada nos ideais republicanos. Bourdieu ao analisar a dominação simbólica e as lutas regionais, afirma que o regionalismo é:

Apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, que coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos

ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social. nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo (2000, p. 124).

Os dominados nas relações de forças que se estabelece no espaço social entram na luta em estado isolado, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada). Mas, de qualquer forma a sua identidade é construída a partir da visão dos dominados e não da sua própria visão. O espaço social e as diferenças que nele se configuram tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida, ou seja, espaço caracterizado por estilo de vidas diferentes, portanto, com concepções diferentes de mundo. Para Bourdieu o espaço social é um espaço multidimensional, formado por um conjunto aberto de campos relativamente autônomos, ou seja, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações. No interior de cada subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas, sem contudo, necessariamente, constituírem antagonistas. Bourdieu reconhece que no interior de campos diferentes, podem ser instauradas alianças mais ou menos duradouras. Os agentes dominantes ocupam posições homólogas as dos dominados, mas podem recorrer freqüentemente aos dominados, mediante uma espécie de capital cultural acumulado, os meios de constituírem a sua visão de mundo (Bourdieu, 2000).

Para Bourdieu (2005), o espaço social organiza-se de acordo com três dimensões fundamentais: os agentes se distribuem de acordo com o volume do capital possuído, de acordo com a estrutura desse capital e de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital.

O conceito de campo nos permite lidar com estruturas materiais da sociedade – as organizações – e com o conjunto de valores e regras que as sustentam – as instituições. Permite perceber o modo como funcionam as homologias de posições (essenciais como fatores de mediação), as interseções e os antagonismos entre os vários domínios. Favorece, ainda, uma construção teórica e metodológica transdisciplinar. É um conceito operativo no âmbito macro da metodologia. Campo, em Bourdieu, é uma noção que não descarta, nem oculta o conflito; pelo contrário, um campo é definido por uma hegemonia, mas que se instala por uma luta de poder. O conflito é evidente em todo tipo de campo e cada um procura legitimar suas posições, alianças e oposições, configurando, portanto um espaço social.

Bourdieu entende que o espaço social é formado por campos, microcosmos ou espaço de relações objetivas, que possui lógica própria e irreduzível. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (Bourdieu, 1996:50).

Para Bourdieu (2001, 129), os campos são produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam. A existência de um campo é determinada pelos interesses específicos, investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e as instituições nele inseridas.

A teoria de campo, diante do que estamos propondo pode ser aplicada a política, a educação e a maçonaria sorocabana. Podemos então falar em campo político (lutas entre partidos políticos: republicanos e monarquistas), campo educacional (lutas entre diferentes

tipos de escolas) e campo maçônico (luta entre diferentes instituições). Os três conceitos de campos são importantes para o trabalho, porque representam praticamente os três instrumentos utilizados pela maçonaria sorocabana. A permanência de um campo é determinada pela ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes de força, que investem tempo, força, trabalho, dinheiro e outras ações que interessam ao grupo e que garantem a sua hegemonia (Bourdieu, 1987:124).

O campo também é entendido por Bourdieu como um espaço relacional. A posição de um sujeito dentro do campo determina a forma como ele usufrui o ensino, a política, a cultura, a arte, a religião, a educação. Determina, igualmente, a forma como as produzimos e acumulamos. O campo é um espaço social de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela dominação de um cabedal específico (Bourdieu, 1984:197).

A estrutura do campo é dada pelas relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, isto é, o monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras, de repartir o capital específico de cada campo. A forma como o capital é repartido dispõe as relações internas ao campo, isto é, dá a sua estrutura (Bourdieu, 1984:114).

A Maçonaria teve papel preponderante na consolidação da Abolição dos Escravos e na República no Brasil. O Manifesto Republicano de 1870 entre os signatários vinha assinado pelos seguintes maçons: Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e Saldanha Marinho, todos maçons. O longo documento exteriorizava o desejo de se construir uma nova ordem política e social. Entre outras coisas, criticava a Monarquia, afirmando que as províncias não acreditavam mais no poder regido pelo Império. Atribuía ao novo movimento político a responsabilidade de construir uma sociedade mais moderna, totalmente contrária da sociedade postulada pelo Império. O Manifesto Republicano assinado por várias pessoas que formavam a elite brasileira: médicos, capitalistas, jornalistas, advogados, negociante, fazendeiros e outros.

Na cidade de Sorocaba não foi diferente. A pequena elite procurava através da imprensa mostrar a importância da construção do novo regime político. Sorocaba neste período tinha pelo menos duas Lojas Maçônicas: Loja Constância e Loja Perseverança III. A Loja Constância era a Loja Maçônica mais antiga da cidade. Em 31 de julho de 1869, alguns membros da Loja Constância saíram e montaram a Loja Perseverança III. Segundo Aleixo (1999, p. 51), o grupo dissidente adotou o ideal proclamado pelo partido republicano.

O jornal diário de Sorocaba (19/12/1889) fala sobre a política sorocabana em 1869:

Para Sorocaba, pois, Ubaldino do Amaral representa a força e o gênio da República. Haja na memória de todos a lembrança grata de um jantar e reunião política promovidos pelo partido liberal e efetuados em casa do finado José Leite Penteadado de saudosa memória, no dia 7 de setembro de 1868. nessa reunião, convocada expressamente para acentuar a atitude do partido liberal em face dos acontecimentos políticos que determinaram a subida dos conservadores a 16 de julho daquele ano. Ubaldino do Amaral e Cândido Barata, arrojados e atrevidos obreiros do porvir, definindo as posições, concluíram apoteosando a República, e brindando-a pelo partido, êmulos dos gloriosos heróis de 1831. a essa reunião e festa política pelo futuro glorioso da pátria brasileira: Dr. Olivério Pilar, este Presidente da Câmara Municipal; José Antônio Cardoso, vereador; Francisco de Assis Machado, juiz de paz; João Lycio Gomes e Silva, empregado público (tabelião); José Antônio de Souza Bertoldo, Jesuíno Pinto Bandeira e Antonio Joaquim Lisboa Castro.

Ubaldo do Amaral aparece entre as pessoas citadas na nota colocada no jornal Diário de Sorocaba. Este homem representou a Província de Sorocaba na reunião organizada pelo Partido Republicano em Itu em abril de 1873:

Entre os componentes do Congresso, cada qual representante de um município, alguns já então se impunham no cenário da política provincial e posteriormente ocuparam posição relevante no cenário da política geral. Aludimos a Américo Brasiliense, Francisco Glicério, Luiz Gama, Cerqueira César, Campos Sales, **Ubaldo do Amaral** (grifo meu), Américo de Campos, Quirino dos Santos, Martinho Prado Júnior (MORAES, 1985, p. 61).

A Loja Maçônica Perseverança III teve papel decisivo na cidade de Sorocaba não somente na abolição da escravatura, na proclamação da República, mas também, na inserção do Presbiterianismo na cidade. Um dos seus membros, supracitado José Antônio de Souza Bertoldo cedeu sua casa para a pregação Presbiteriana. Em 01 de setembro de 1869, o Rev. Alexander L. Blackford organizou na casa de José de Souza Bertoldo a 1ª Igreja Presbiteriana de Sorocaba.

A imprensa jornalística foi um dos principais instrumentos utilizado pelo movimento republicano na construção da consciência política. O período estudado foi marcado por um forte desenvolvimento da imprensa sorocabana. Em 1870 surgem vários jornais na cidade. **O Sorocabano (1870)** cujo editor era Julio Ribeiro e Pereira Salles. O jornal organizado por Júlio Ribeiro trazia vários assuntos relacionados a política local, maçonaria e presbiterianismo. Nas primeiras publicações Júlio combateu a discriminação idealizada pelos católicos contra o protestantismo. Uma das crises estava relacionada ao enterro de protestantes em cemitérios católicos. Júlio juntamente com outros intelectuais escreveu documento solicitando a Câmara municipal um lugar apropriado para enterrar os protestantes.

O jornal foi fundado em 13 de fevereiro de 1870. Vendido ao preço de “8\$000 ao ano na cidade e 9\$000 fora”, tinha por princípio “pugnar pelo bem público, com especialidade pelos interesses do município. Dar voz a todas as reclamações justas e comedidas. Reproduzir os clamores da lavoura e do comércio. Abrir espaços a discussões de interesse geral” (Anno I, nº 01, 13/02/1870, p. 01). Era seu principal colaborador Ubaldo do Amaral, maçom, abolicionista e republicano. Em 01 de setembro de 1872, transformou-se em O Sorocaba, que teve em Júlio Ribeiro seu redator-chefe. Deixou de existir em 1883.

Ainda na década de 70, circulou o jornal **O Americano (1871)** tinha seu estabelecimento próximo a Escola Americana. Ele traz severos ataques ao catolicismo e se posiciona a favor da Maçonaria. Não se sabe ao certo a ligação deste Jornal com os missionários americanos.

O jornal **A Gazeta Commercial**, também era dirigido por Julio Ribeiro. O jornal chegou a circular diariamente. Este jornal apresenta vários artigos que ajudam a compreender com a imprensa enxergava a configuração política, econômica e social de Sorocaba. **O Vororantim (1877)**, jornal literário e instrutivo, cujo redator chefe era o professor Fidelis de Oliveira. **Gazeta de Sorocaba (1878)**, de propriedade de Gaspar da Silva. **O Ypanema - (1872 – 1892)**: com assinatura no valor de “8\$000 por ano em Sorocaba e 9\$000 fora”, foi editado pela primeira vez em 25 de abril de 1872. Publicado “6 vezes por mez”, o jornal se propunha a defender os “interesses morais e materiais do município e do Sul da província”. E procura “dar na parte litterária alguns bons artigos e vulgarizar os melhores escriptos de auctores nacionais” (Anno I, nº 01, 25/04/1872, p. 01).

Seu editor e proprietário, foi Manoel Januário de Vasconcellos, maçom, sorocabano de nascimento e coronel da guarda nacional. Participou ativamente da campanha pela instalação da rede de esgoto na cidade. Em 1880, transformado em diário, passou a chamar-se Diário de Sorocaba. Este jornal contém ricas informações sobre a Escola Protestante em Sorocaba e outras escolas.

O jornal **O Trabalho (1882)**, jornal quinzenário, noticioso e literário. Até 1890, surgiram em Sorocaba outros dois periódicos jornalísticos: **A Tribuna (1887)** e **O industrial (1890)**. Em 1891 a imprensa sorocabana continuou seu desenvolvimento. Começou a circular o **Diário de Sorocaba**, cujo proprietário era Manoel Januário de Vasconcellos, proprietário do jornal **O Ypanema**. O jornal **A Escola** do professor Arthur Gomes, maçom e membro da Loja Perseverança III. O **Alfinete** dirigido por João José da Silva. **O 15 de Novembro (1892 – 1906)**: João José da Silva editou pela primeira vez, em 22 de fevereiro de 1891, O Alfinete, o qual, a partir da proclamação da república, e em homenagem ao evento, passou a chamar-se O 15 de Novembro. “Semanário político, noticioso, humorístico e literário”, transformou-se em bissemanário, e depois, em 1895, a diário. Sua assinatura anual era de “8\$000 para Sorocaba e 10\$000 fora”. O jornal era declaradamente republicano (Anno I, nº 01, 15/11/1892, p. 01). O jornal nos ajuda a entender os posicionamentos políticos dos republicanos. Em 1893, o proprietário do Jornal era secretário da Loja maçônica Perseverança (jornal 15 de novembro – 19/10/1893).

Em 1892, surgiu a publicação do jornal **A Voz do Povo**. Na década de 70, o jornal tinha como editor e redator Domingos Costa. Era publicado duas vezes por semana em dias indeterminados. Circulava com o preço de 9\$000 por ano e 5\$000 por semestre. Em 1875 foram publicados 21 jornais entre 04/10/1875 – 10/12/1875, compondo os números 01-16. Os jornais de número 01-15 tinham formato pequeno. A partir do número 16 o jornal tinha uma diagramação maior. Em 1876 circularam na cidade 34 publicações do Jornal – **A Voz do Povo**, do número 22-55. O número 49, publicado no dia 30/04/1876, foi publicado em cor verde. O mesmo aconteceu com o jornal nº 54 (18/05/1896) e o nº 55 (24/05/1876). Embora tivesse cor diferente, não publicou nenhuma matéria relacionada a educação ou notícia revelante relacionada a cidade.

No jornal de número 16, publicado em (10/12/1875 – Anno I, p.3), publicou uma nota sobre o Collegio União Sorocabano, escola dirigida pela professora Anna Wilke. A nota menciona o exame realizado pelo inspector de Instrução Dr. J.F. Uchoa Cavalcanti, tendo como examinadores os senhores: Jorge Oetterer, Toledo Pisa, Vicente Eufrásio. Pessoas distintas da sociedade sorocabana. Na primeira página deste mesmo número é publicado um artigo intitulado: “Os Morpheticos pelas ruas”. No período de 1875-1876 o jornal transcrevia textos de Olivério Pillar, Luis Matheus Maylaski, Vicente Eufrásio da Silva e F de Albuquerque. Os três primeiros eram maçons. Maylaski publicava assuntos referentes a Companhia Sorocabana, balanço anual, proposta de venda, e outros assuntos.

Neste mesmo jornal, o número 38 (12/03/1876- Anno II, p. 01) traz um artigo intitulado - Trabalho, de Aurora de Silveira, que exalta o trabalho como forma de dignificação do ser humano e do progresso social. Por estar na primeira página do jornal, o artigo parece estar estrategicamente publicado, sugerindo que o trabalho fosse visto como meio de ajudar a sociedade a progredir. Parece contraditório o posicionamento do redator, que critica a visão norte-americana do trabalho e que mais tarde parecer compartilhar do texto extraído de Aurora de Silveira.

Nesta primeira fase, o jornal parece não expressar a “voz do povo”. Segundo César (1914, p. 170) o jornal atacava pessoas distintas da sociedade sorocabana. Isto não ocorre,

muito pelo contrário, várias pessoas que compunham a elite sorocabana utilizavam o jornal para fazer as publicações referentes aos seus empreendimentos, comércio, indústrias, como ocorre com Maylaski.

MAÇONARIA SOROCABANA E O MOVIMENTO ABOLUCIONISTA E REPUBLICANO

A Maçonaria Brasileira teve papel ativo na Abolição da Escravatura. Mas, quase sempre a leitura que se faz do processo de libertação dos escravos é romantizada e não pontua o que está por trás do processo emancipatório.

Um projeto emancipacionista liderado por Joaquim Nabuco circulava pelas lojas maçônicas do Brasil. Seu projeto foi publicado em 1883 como livro intitulado *O Abolicionismo*. Surgiu em um momento que se divulgava a radicalização do trabalho servil nos meios urbanos e rurais (Tasifanato, 2004, p. 34). Propunha a extinção do trabalho escravo:

Em 1850, queira-se suprimir a escravidão, acabando com o Tráfico; em 1871, libertando desde o berço, mas de fato depois de vinte e um anos de idade, os filhos de escrava ainda por nascer. Hoje quer-se suprimi-la, emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro. É este último movimento que se chama Abolicionismo e só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua própria liberdade (Nabuco, 1988. p. 26-27).

Nabuco não somente defendia o abolicionismo no seu texto, mas também, lançava ataque ao regime monárquico, responsabilizando-o pela imperialização da escravidão. Para ele: “era preciso apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão” (1988, p. 27).

Tasifanato ao analisar a obra de Nabuco, afirma:

Assim, para uma obra de tamanha envergadura, o político procurava conquistar aliados, lutando contra uma “consciência nacional” em estágio embrionário, para conseguir um corpo de leis que completassem adequadamente a “dignidade humana”. Era preciso, por conseguinte, capitalizar apoios entre os mais diversos setores sociais, de modo a ajudar no desenvolvimento de uma “opinião pública” capaz de levar o Estado nacional à ação direta em favor das “reforma regeneradoras” da sociedade brasileira. O Abolicionismo foi planejado e estruturado, desta forma, para fazer eco entre senhores, representantes da Igreja, jornalistas, acadêmicos, ‘homens de letras’, ‘educadores da mocidade’ e, principalmente, “todos os depositários da direção moral do nosso povo” (2004, p. 37).

O que percebe é que o movimento abolicionista se configurava como um projeto que visava a conscientização nacional, possibilitando a construção de uma nova sociedade, não mais fundamentada no trabalho escravo.

Octavio Yanni afirma que após a segunda metade do século XIX é marcada pelo desenvolvimento de uma nova ordem econômico-social fundada na produtividade do trabalho livre (1960, p. 128).

Ele diz:

Quando comparamos as configurações sociais no momento do apogeu e ao final da escravatura, conforme possibilitam os dados disponíveis examinados itens anteriores, constatamos que a comunidade apresenta transformações radicais de uma para outra época. O valor global da produção; a distribuição dos bens produzidos; o crescimento do intercâmbio mercantil, em comparação com a produção para o consumo; a distribuição dos continentes relativos dos grupos negros e brancos; a diversificação interna desses grupos, com o aumento contínuo de imigrantes europeus na segunda metade do século XIX; a expansão ecológica da comunidade e sua área de dominância, decorrente da ampliação das atividades produtivas e da política colonizadora inaugurada com a criação da Província (IANNI, 1960, p. 128).

Para Yanni estas transformações proporcionaram uma reconfiguração na estrutura social da comunidade, que atingiu também a situação histórico-social do negro.

As condições histórico-econômicas que geraram a sociedade escravocrata são incompatíveis com os requisitos reacionais da produção artesanal urbana, da manufatureira, dos serviços públicos, da comercialização, dos transportes e serviços vinculados às atividades econômicas, que dependem cada vez mais do descortínio e decisão do trabalhador. A profissionalização de um operário de usina de mate, de um guarda-livros, de um oficial de marcenaria etc. depende de exigências que são inconciliáveis com o sistema de dominação necessário à manutenção do trabalhador cativo (IANNI, 1960, p. 129).

A propaganda abolicionista tinha como principal motivação as transformações econômico-sociais que estavam acontecendo na sociedade daquela época. Era preciso um “novo” tipo de trabalhador para um “novo” momento histórico. O processo de racionalização em desenvolvimento exigia a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre.

Ao proclamar a Libertação dos Escravos, a pequena classe dominante sorocabana percebeu que não seria possível participar da nova configuração política nacional, se a sociedade não tivesse preparada do ponto de vista educacional. Daí, a necessidade de se criar escolas para responder as lacunas do novo momento político e econômico do Brasil.

Os dois grandes movimentos políticos: a Abolição dos Escravos e a Proclamação da República faziam parte de um mesmo projeto político e econômico. Não dá para entender o movimento republicano em Sorocaba sem compreender como aconteceu o movimento abolicionista.

Se analisarmos a participação da Maçonaria Sorocabana em tais movimentos sob a égide da filantropia, corremos o risco de não percebermos as reais intenções que estão por trás do movimento republicano. Ao se tratar de um movimento nacional, o Movimento Republicano defendia interesses políticos de determinado grupo social.

O Brasil estava sendo pressionado pela política Internacional para libertar seus escravos e participar do novo processo político e econômico Internacional. Manter escravos como produtores da mão de obra neste período era inócuo e contraproducente. O País precisava ser abrir para a realidade econômica e industrial vivida em outros países. Em Sorocaba, vários industriais ligados a Maçonaria foram para países Europeus com a finalidade de trazer a nova tecnologia para a cidade. Sorocaba foi considerada a Manchester Paulista.

Em nota no Jornal Diário de Sorocaba em 1º de Janeiro de 1888, vemos o seguinte pronunciamento de um membro da Loja Maçônica Perseverança III:

Quanto as tendências políticas, as conferências públicas deixando um profundo sulcos de luz nos ânimos e as inúmeras adesões ao republicanismo, deixaram patente que, enquanto a velha máquina das instituições monárquicas, não tinham o curso necessário para ganhar terreno, a república sorria acoroçoando os nossos mais caros interesses locais. Sob estes auspícios surge 1889 que representa para todos a máxima expressão de sentimentos que se prendem ao futuro! Para a vida econômica e política do monarquismo; as incertezas. Para a República, uma aspiração. Para os diversos misteres da vida econômica e social, uma esperança.

O texto de Maneco Januário publicado no Jornal Diário de Sorocaba acentua uma crítica a monarquia e os anseios em torno do novo quadro político que se configura na cidade de Sorocaba.

Uma efervescente tensão política começa a configurar na cidade. O Diretório republicano é alvo de ataques ideológicos. No dia 10 de agosto, na casa de Benedito Pires, o Diretório Republicano reúne-se com a finalidade de eleger os representantes políticos no dia 31 de agosto do mesmo ano, estavam presentes: Adolfo da Silva Gordo, Antonio Moreira e Silva, Benedito Pires, João Marcondes França, José Antonio Cardoso, Jeronimo Antonio Gonçalves. Neste mesmo dia, instalou-se em Sorocaba o Clube Republicano.

Em 12 de junho de 1889, Saldanha Marinho através do Diário de Sorocaba alerta o Partido Republicano sobre o perigo representado pelo novo ministério intitulado Gabinete do Vintém, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, afirmando: guerra contra os republicanos.

Em 17 de agosto de 1889, Bento Mascarenhas Jequitinhonha tomou posse como Venerável da Loja Perseverança III. Nas vésperas da Proclamação da República a cidade estava calma, mais sentia aproximar um grande acontecimento que marcaria a transição política articulada no cenário nacional, mas que também fora, alvo da participação da maçonaria sorocabana.

No dia 17 de novembro, o Jornal Diário de Sorocaba publica um artigo intitulado: Viva à República, vejamos um trecho do artigo:

Salve 89! Acaba de se realizar a reforma mais grandiosa e por conseqüência a mais importante reclamada pela alma nacional, para dar vida a esse corpo inerte, movido apenas pelos impulsos de uma velha máquina, já gasta – a Monarquia. Somos livres, não cessamos de expansivamente repetir. Quebraram-se os ferros que nos aguilhoavam e o povo convulsionado pelo entusiasmo de momento corre as praças públicas festejando o faustoso acontecimento e dando mostrar de que o Brasil, vítima até agora de certos preconceitos, embaídos pela sua educação política, hoje se ergue desiludido abrindo para seus filhos uma nova era de felicidade e recompensas. Povo! Se és livres, deves ser grande e também pela força de vontade; rasguem-se os títulos de nobreza comprada; mas ergam-se à altura de verdadeiros princípios – os títulos nobiliários que nos hão de vir – da honra e do trabalho – a nobreza inata no coração e aperfeiçoada pela consciência de nossos atos. Façamos do trabalho os degraus da escada social. Não nos arreais de que mais venham arrancar-vos os amargos frutos de vossos pungentes esforços! ... Salve, ó 15 de Novembro de 1889. Viva a República! Viva o Brasil!.

A Maçonaria sorocabana esteve presente no Movimento Republicano Nacional. Em Sorocaba, a Maçonaria para difundir os ideais republicanos utilizou-se de vários instrumentos: Escolas Noturnas, Jornais, artigos, manifestos, clube republicano, gabinete de leitura e a própria Loja Maçônica.

A Imprensa Sorocabana foi muito usada para divulgar os ideais republicanos. Naquela época circulava os seguintes Jornais: Diário de Sorocaba, 15 de Novembro, Jornal Ipanema, A Tribuna, O Sorocabano. Os jornais traziam calorosos posicionamentos sobre a importância da República e acirradas críticas a Monarquia.

O que se percebe na instauração do movimento republicano em Sorocaba é que a Maçonaria foi muito mais do que uma Instituição filantrópica, ela foi uma organização política muito bem articulada. Vários membros da Loja Maçônica Perseverança III tinham projeção nacional. Outros estavam imbuídos na inserção da industrialização na cidade. Por exemplo: Manoel José da Fonseca além de industrial, dono da Fábrica Nossa Senhora da Ponte, criou uma Escola noturna para os seus operários, entregando-os ao cuidado do professor Horácio Ovídio de Oliveira.

Como organização política, a Maçonaria sorocabana conseguiu os melhores posicionamentos políticos e sociais na cidade. Ela estava muito bem articulada. Seus membros estavam presentes nos mais variados setores da cidade: Câmara Municipal, Partido Republicano, Escolas, Industrias, Comércio, Gabinete de Leitura e outras instituições.

A MAÇONARIA SOROCABANA E A EDUCAÇÃO

A loja Perseverança III foi organizada sobre o lema: educação e liberdade. Na reunião do dia 07/08/1869, Ubaldino do Amaral faz uso da palavra, afirmando:

Trago, subscrita por essa presidência, por Leite Penteadado e por mim, a seguinte proposição que esperamos merecer a aprovação da oficina: 1º) a jóia da iniciação será de 25\$000; 2º) a mensalidade de 1\$000; 3º) colocar-se-á na oficina uma caixa Emancipação, na qual os iniciados, a convite do venerável e de qualquer irmão, quando queiram, depositarão suas ofertas; 4º) o produto dessa caixa será exclusivamente destinado à libertação de crianças do sexo feminino de 2 a 5 anos de idade; 5º) as crianças assim libertadas ficam sob a proteção da oficina; 6º) serão absolutamente proibidos os banquetes, ceias, copo d'água que o uso tem admitido nas iniciação, devendo o venerável convidar os recipiendários para converter em quantias que dispenderiam com isso em donativos à Caixa de Emancipação; 7º) serão criadas escolas para adultos e menores. As escolas serão noturnas; mantidas pela oficina para o ensino gratuito das primeiras letras.

A proposta redigida pelo Venerável Leite Penteadado e por Ubaldino foi aprovada por unanimidade. A proposta sugere a libertação de filhos de escravos e a construção de escolas destinadas aos filhos de escravos e escravos. Para tanto, seriam proibidos os banquetes e foi sugerida a construção da caixa emancipatório destinada a libertação de filhos de escravos.

Sobre a égide do binômio libertação e educação, a Loja Maçônica Perseverança III distinguia-se da Loja Constância. Aleixo afirma: “Essa propositura mostra a distancia entre a Perseverança e aqueles que ficaram na Constância, teimosos em não se definir, no momento histórico em que a própria política nacional impunha ação e lutar pelas reformas da estrutura social e econômica do país (1999, p. 58).

A mesma luta vai ser liderada por Rui Barbosa na Loja América oito meses depois. Rui Barbosa apresentou no Grande oriente Brasileiro um projeto de Abolição com o intuito de torná-lo um projeto de lei geral e obrigatória para toda a maçonaria brasileira. O projeto composto de 12 artigos propunha entre outras coisas a educação popular destinada aos filhos de escravos.

No primeiro artigo do documento, o texto afirma que a Maçonaria deveria propagar a luta contra o servilismo e expandir a educação popular, utilizando para tanto os recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino. O segundo artigo afirma:

Todas as Lojas maçônicas sujeitas ao Grande Oriente do Brasileiro, assim presentes como futuras, não poderão alcançar nem continuar a merecer o título e os direitos de oficinas regulares e legítimas sem que adotem pelo mesmo modo esses dois princípios sociais, comprometendo-se a trabalhar por eles com eficácia e tenacidade (Rui Barbosa, 1871).

O projeto de Rui Barbosa propunha punição as Lojas que não integrassem o movimento encabeçado pela Maçonaria. No artigo 5^o, afirma:

Nenhum individuo poderá mais obter o título e os privilégios de legitimo maçom sem que primeiramente, antes de receber a iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que daí em diante lhe possam provir de escrava sua.

O projeto procura cercar de todos os lados e construir uma consciência libertária a partir da obrigatoriedade. Este projeto fará parte, portanto, da construção do ideal maçônico no final do século XIX. O terceiro artigo propunha a capitação de recursos financeiros pelas Lojas e a construção de uma verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas. Esta verba era destinada para a construção e escolas populares e escolas noturnas. As escolas populares deveriam ser freqüentadas pelas crianças e as noturnas pelos adultos. A Loja Perseverança III antes do projeto de Rui Barbosa já havia estabelecido este projeto emancipatório e educacional.

Em 7 de agosto de 1869, Leite Penteado, afirma:

A luta maior da nacionalidade se aproxima. Nós somos os obreiros precusores do movimento libertário e educacional no seio das lojas. Não há ocasião mais propícia ao início das atividades referidas do que o 7 de setembro. Nestas condições, submeto à apreciação da oficina a seguinte propositura: a) que esta respeitável loja, comemorando a independência do Brasil, a 7 de setembro, nesse dia inaugure a escola noturna que se propôs estabelecer; b) que nesse dia se esforce por libertar os menores escravos que os seus recursos permitirem; c) que se alugue uma casa e se compre mobília para a oficina e para a escola.

Ubaldo do Amaral na mesma sessão propõe um aditivo, que dizia: “no dia 7 de setembro de todos os anos é obrigatória a libertação de uma criança, ao menos. Na falta de fundos correrá uma subscrição entre os irmãos” (1^o Livro de Atas – Perseverança III, 1869). A proposta foi aprovada pelos membros presentes. Nesta mesma sessão os membros da Loja fazem uma arrecadação de 1\$200 réis para a benemerência. Na sessão seguinte levantaram 10\$000 réis para a libertação do escravo José e seus filhos, escravos de Ana do Sacramento. Nesta mesma sessão foi aprovado o regulamento da escola noturna (1^o Livro de Atas, 29/08/1869).

Na sessão de 4 de setembro de 1869, os membros da Loja Perseverança III, confirmam a inauguração da escola noturna. Foram nomeados Antonio Joaquim Lisboa e Perciliano Marçal de Souza para cuidar da organização das salas e inauguração da escola noturna. A ata da Loja Perseverança III afirma que houve grande número de matriculados. Foram contratados dois professores Leonel Jandovy de Abreu Sandoval e João Lycio. Leonel Jandovy foi professor até 27 de novembro do mesmo ano.

Em 1º de novembro de 1870 foi inaugurado o 1º Templo da Loja Perseverança III. Nesta sessão os maçons presentes reafirmam o binômio discutido em Loja: liberdade e educação: “De um lado da figura constituída corria de boca em boca, quase em sussurro, a palavra: Liberdade. Do outro, do mesmo modo, era repetida a sentença: Emancipação” (Ata de 01/11/1870). Nesta mesma sessão, Leite Penteado é questionado pelo venerável a respeito de quantas crianças a Loja conseguiu libertar, vejamos o diálogo:

Consulto ao irmão Penteado se se desincumbiu, com êxito, da tarefa que lhe foi confiada. **Leite Penteado** – Sim, ven. Mestre. Quatro são as crianças que a loja, hoje, pode oferecer à liberdade. **Vicente Eufrásio** – Congratulo-me com todos pela aquisição que fizemos, visando um ideal maior. As condições e os preços ficarão para serem acertados na próxima sessão econômica, uma vez que a de hoje tem o fim especial e por isso extraordinária, de regularização e sagração do templo.

A 1ª Escola Noturna inaugura em 07 de setembro de 1869 começou a sofrer os ataques de um pequeno grupo que afirmava que o estabelecimento propagava os ensinamentos do protestantismo. No dia 31 de julho, o jornal o Sorocabano, traz a seguinte notícia:

Escola Noturna – matricularam-se desde 7 de setembro passado até 20 de julho deste ano: alunos 117. Saíram 65. Ficam 52. São freqüentes, termo médio 35. Destes que saíram, a maior parte foi pelos boatos malévola e espalhados na população de ser a escola protestante; mas hoje, reconhecendo que não há ali propaganda religiosa de espécie alguma, e são admitidas todas as crianças, têm voltado muitos dos que saíram. Tem-se notado grande aproveitamento dos alunos que entraram sem conhecimento o – A – lêem corretamente manuscritos e livros, fazem as 4 operações aritméticas e exercitam-se em outras contas. A off. Perseverança III dá aos alunos: mestres, livros, papel, penas, lápis, etc.

A escola noturna não durou muito tempo, o jornal O Ipanema de 21/07/1870, noticiou o fim da escola criada pela Perseverança III.

O historiador sorocabano José Aleixo Irmão atribui o fechamento da escola a propaganda anti-protestante que se espalhavam na cidade de Sorocaba. Concomitante a organização da Loja Maçônica Perseverança III em 1869, aconteceu no mesmo ano, a organização da 1ª Igreja Presbiteriana de Sorocaba¹. A organização desta Igreja se deu na casa de um membro da Loja Maçônica Perseverança III: José Antonio de Souza Bertholdo. A maçonaria sorocabana apoiou a inserção da nova proposta religiosa em Sorocaba. Talvez, por isso, a escola foi associada ao movimento protestante que se inseria neste período em Sorocaba.

Ao pensar sobre a ação política da Maçonaria Sorocabana não podemos alimentar uma visão romântica. Ao analisar o movimento político da Maçonaria Sorocabana podemos construir uma ação filantrópica, sem contudo, compreender as reais motivações que proporcionaram tanto a libertação dos Escravos bem como a solidificação dos ideais republicanos em Sorocaba. Debaixo da bandeira do abolicionismo estava a configuração de um novo ideal na cidade, mas também a construção de um novo grupo social, a classe operária.

¹ SILVA, Ivanilson Bezerra da. Apontamentos sobre o protestantismo e educação em Sorocaba na transição do Império para a República (1869-1899). Revista Teológica. ISSN – 1414-9796. Volume 66, número 62, julho-dezembro de 2006. p. 37-58.

Em 1882, Manoel José da Fonseca, membro da Loja Maçônica Perseverança III, criou uma escola noturna para os seus operários, entregando-a aos cuidados do professor Horácio Ovídio de Oliveira. Manoel Fonseca era o proprietário da fábrica Nossa Senhora da Ponte, inaugurada em 02/09/1882. Vários membros desta Loja estavam ligados ao movimento que instaura a industrialização na cidade de Sorocaba.

O jornal Diário de Sorocaba (25/12/1887) traz um longo artigo falando sobre os resultados da reunião da Comissão Emancipatória. Em determinado momento observam-se as seguintes palavras:

Não há dúvida que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre traria em começo dificuldades, mas que a prudência e a inteligência dos paulistas haveria de vencer logo, máxime aqueles que, convencendo-se que não pode haver meia liberdade para o escravo, concederam-lhes liberdade incondicional e salário como aqui alguns fazendeiros adotaram já; estendendo-se sobre o assunto com muito critério e lembrando medida justa para regular o estado entre os senhores e os libertos.

Observa-se que o grupo bem conscientizado a respeito do momento que se configurava na cidade. Eles estavam cientes que era a transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre. Neste primeiro percurso sobre o tema discutido neste artigo, é possível compreender que a maçonaria sorocabana se configura em Sorocaba como uma organização política, que mantém relações de poder com várias outras instituições: Clube Emancipatório, Escola, política, indústrias e outras. Estas relações possibilitaram a solidificação dos ideais de um grupo elitizado que objetivava através da sua ação a construção de uma nova ordem econômica e social.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Ao estudar um pouco sobre a cidade de Sorocaba entre o fim do Império e o início da República, percebeu-se que a cidade teve dois momentos políticos significativos: a Abolição dos Escravos e a Proclamação da República. A campanha em torno da implantação da República não trouxe as conseqüências esperadas do Novo Regime político. A cidade diante da nova transformação econômica enfrentou novos desafios. Neste período Sorocaba enfrentou um forte crescimento demográfico, industrial, comercial, político e econômico. Com a implantação das indústrias ocorre o aumento da população na cidade que redefine o espaço urbano, aparecem, pela primeira vez, o cortiço e as vilas, ocupadas ou por desempregados ou por imigrantes empobrecidos. Há o êxodo rural, em que, a antiga elite transfere-se para o núcleo urbano fixa residência no centro da cidade, ocupa espaços ainda remanescentes. Ocorre a intensificação e o crescimento populacional na cidade, que conhece, a partir de 1872, uma taxa anual em torno de 1,6% e ganha contornos de explosão demográfica entre 1890 e 1920, com taxa em torno de 4,0% ao ano. (Recenseamentos do Brasil de 1872 e 1920. RJ: Typ. do Estado).

Juntamente a esse aumento populacional está às contradições sociais oriundas da falta de estrutura organizacional em que a pobreza ganha visibilidade, atinge a população adulta, em grande parte analfabeta, e uma população infantil, que deveria estar na escola, sendo a maior parte dessa população operários empregados na indústria têxtil.

O advento da industrialização deu maior visibilidade a esse problema, ao mostrar que a maioria dos trabalhadores industriais era completamente analfabeta. Sem dispor, até 1910, de nenhuma escola pública noturna, os trabalhadores contaram, por longo tempo,

com o beneplácito da maçonaria que, em 1869, criou uma escola destinada aos seus filhos. Um outro fato relevante: enquanto a Igreja Católica, através de suas escolas, cobrava mensalidade e tinha como alunos apenas a elite católica, a Loja Maçônica Perseverança III oferecia curso gratuito aos menos favorecidos economicamente. (O operário, 27/08/1911) Foi diante desse espírito de competição que poucos conseguiram frequentar os bancos escolares. Se, para o menino trabalhador, frequentar a escola constituía-se um grande problema, para a menina era quase impossível o acesso ao conhecimento escolarizado. Foi o advento da industrialização que lhe abriu as portas da escola, sem, no entanto, garantir-lhe a frequência, devido, sobretudo, aos compromissos caseiros que deveria assumir juntamente com o trabalho fabril. Caso frequentasse as aulas, deveria dar ênfase aos trabalhos manuais ali aprendidos, para auxiliar nos afazeres domésticos. No âmbito dessa situação é que surge a escola: a pública e a particular de ensino laico e religioso.

O que podemos compreender a respeito da maçonaria sorocabana no contexto do final do século XIX?

Que longe de qualquer idealismo filantrópico, a Proclamação da República estava atrelada a nova reconfiguração político-econômica no Brasil que pôs fim a sociedade escravocrata e marcou o início do processo de industrialização. Mas, não bastava libertar os escravos. Muitos dos escravos libertos foram transformados em operários. Filhos de operários foram trabalhar nas primeiras indústrias sorocabanas sem nenhuma condição. A jornada de trabalho era aproximadamente de 12 horas. Crianças tiveram suas mãos mutiladas. Muitos não sabiam operar as máquinas, precisavam ser alfabetizados, daí a necessidade de se criar escolas noturnas para operários e filhos de operários. Por trás da oferta de educação estava o interesse na produção econômica.

Podemos dizer que os maçons sorocabanos souberam interpretar o momento histórico que estava se configurando no Brasil e em Sorocaba. Parece-me que no decorrer da história da política brasileira, a Maçonaria foi perdendo sua organização política, dando espaço para uma postura filantrópica e assistencialista.

Eles tinham um projeto que visava a construção de uma identidade nacional. O que se discutiu sobre a maçonaria sorocabana no final do século XIX nos ajuda a entender que ela estava estrategicamente posicionada e estava envolvida com a política nacional. É lógico que devemos considerar a proporção populacional. A maçonaria sorocabana estava em plena sintonia com as transformações políticas e econômicas daquele período. Os maçons sorocabanos estavam imbuídos na instauração de uma nova ordem econômica, política e social na cidade.

REFERÊNCIAS

ALEIXO IRMÃO, José. A Perseverança III e Sorocaba. Da fundação a Proclamação da República. Sorocaba (1869-1899): Fundação Ubaldino do Amaral, Vol. I, 1999.

ALEIXO IRMÃO, José. A Perseverança III e Sorocaba. Da queda da Monarquia ao fim da primeira República. Sorocaba (1889-1930): Fundação Ubaldino do Amaral, Vol. II, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia. As raízes do separatismo no Brasil. São Paulo: UNESP, 1999.

BADDINI, Cássia Maria. Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

BARATA, Alexandre Mansur. Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____, Discutindo a sociabilidade moderna: o caso da maçonaria. In.: Narrar o passado, repensar a História. Campinas: 2000. p. 215-234.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. Razões Práticas: Sobre A Teoria Da Ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. Scenas da Escravidão: Breve ensaio sobre a escravidão negra em Sorocaba. Sorocaba: Create, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O Jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX. In.: Novos Temas em História da Educação Brasileira. Campinas-SP: Autores Associados, 2002, p. 133-150.

FERNANDES, Lamon. Sociabilidade Maçônica e Sociabilidade brasileira. I Seminário de História: Tendências da Historiografia Brasileira Contemporânea. Universidade Federal de Ouro Preto. <http://www.ichs.ufop.br/seminariodehistoria>

GONZALES, Jorge Luiz Cammarano e SANDANO, Wilson. A Formação da Educação Escolar Pública em Sorocaba 1850-1880. Revista HISTEDBR *on-line*. Campinas, n. 16, p. 36-60, dezembro de 2004. ISSN: 1676-2584

GUITI, Antonio. A maçonaria no Centenário 1822-1922. São Paulo: Grande Oriente do Brasil. 1922.

_____, A maçonaria no Estado de São Paulo. São Paulo: Revista Maçônica, anno VII, jan/dezembro. Grande Oriente de São Paulo, 1919.

IANNI, Octavio. As metamorfoses do Escravo. São Paulo: EDIPE, 1962.

KOSELLECK, Reinhart. *Lê Règne de la Critique*. Paris: Minuit, s/d.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O Ideário Republicano e a Educação. Uma contribuição para a História das Instituições. Campinas: Mercados das Letras, 2006

MORAES, Evaristo. Da Monarquia para a República (1870-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. Apontamentos sobre o protestantismo e educação em Sorocaba na transição do Império para a República (1869-1899). Revista Teológica. ISSN – 1414-9796. Volume 66, número 62, julho-dezembro de 2006. p. 37-58.

TASINAFO, Célio Ricardo. Política e Escravidão: O projeto emancipacionista de Joaquim Nabuco em a Escravidão (1870). Campinas: UNICAMP, 2004. 74p.

VIEIRA, Rogich. Sorocaba não esperou o 13 de Maio: a luta pela libertação dos Escravos no interior paulista. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1988. 82p.

FONTES PRIMÁRIAS

Primeiro Livro de Ata da Loja Perseverança III, 31 de julho de 1869. Sorocaba, 1869.

BLACKFORD, A.L. The Missionary. (Editada por “The Secretary of Foreign Missions of the Presbyterian Church, USA, monthly from Richmond, Virginia). Janeiro, 1870. p.10-12.

LANE, Horace. Relatório da Escola Americana em São Paulo 1887. Arquivo da Igreja Presbiteriana do Brasil.

BLACKFORD, A. L. Primeiro Livro de Ata da Igreja Presbiteriana de Sorocaba. Sorocaba: 1869.

Jornal Diário de Sorocaba (várias edições) – 1877-1899

Jornal O Alfinete. Anno II. 1 – Maio de 1892, nº 62, p. 3 (várias edições)

Jornal Colombo – Anno I – 06 de janeiro de 1877 (Várias edições).

Jornal 15 de novembro (várias edições).

Jornal A voz do Povo (várias edições).

Jornal Operário (várias edições)

2º Livro de Atas da Loja Maçônica Constancia, 1871.

Recebido em: agosto/2007

Aprovado em: setembro/2007